

PF mira Zambelli. Hacker vai para a prisão

PF investiga Zambelli e hacker invasor do CNJ

Polícia apura suposto envolvimento da deputada na invasão do sistema do Conselho Nacional de Justiça. Delgatti Neto é preso

RENATO SOUZA
CAMILLA GERMANO

A deputada Carla Zambelli (PL-SP) foi alvo ontem de ação da Polícia Federal para cumprir mandados de busca e apreensão em quatro endereços ligados à parlamentar. Ela é suspeita de envolvimento na invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A mesma medida, autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), levou para a cadeia o hacker Walter Delgatti Neto, conhecido por invadir os celulares do então juiz Sérgio Moro, hoje senador pelo União-PR, e de procuradores da Lava-Jato.

De acordo com a PF, o objetivo era esclarecer a invasão dos sistemas do CNJ e a inserção de documentos e alteração de saldos falsos no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP).

Foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão e um mandado de prisão preventiva no estado de São Paulo e três mandados de busca e apreensão no Distrito Federal, além de análise do material apreendido.

Ainda segundo a PF, os crimes apurados ocorreram entre 4 e 6 de janeiro deste ano, quando teriam sido inseridos no sistema do CNJ e, possivelmente, de outros tribunais do Brasil, 11 arquivos de soltura de indivíduos presos por motivos diversos e um mandado de prisão falso contra Moraes.

Em julho, Delgatti Neto disse, em depoimento à PF, que Zambelli pediu para que ele invadisse as urnas eletrônicas ou a conexão de e-mail de Moraes.

Em um dos trechos do depoimento, Delgatti Neto também afirmou que se encontrou com o então presidente Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada. Ele declarou que ouviu do, à época, chefe do Executivo se poderia

invadir a urna eletrônica. A solicitação, segundo o hacker, não avançou, pois, para acessar os equipamentos eletrônicos, ele teria de ir a sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), já que as urnas de votação não são conectadas à internet.

Quebra de sigilo

Além das ações de busca e apreensão e da prisão, Moraes determinou a quebra de sigilo bancário de Zambelli e Delgatti Neto. A decisão também atinge os assessores da deputada: Renan Cesar Silva Godard e Jean Hernani Guimarães e a empresa do hacker, a Delgatti Desenvolvimento de Sistemas.

Moraes ainda ressaltou que as "instituições financeiras envolvidas encaminhem os dados bancários via rede mundial de computadores".

O ministro ordenou também a apreensão de celulares, tablets e computadores, bem como armas, munições e quantias acima de R\$ 10 mil, eventualmente encontrados nos endereços e veículos ligados à parlamentar.

Na decisão, o magistrado estabeleceu o afastamento do sigilo bancário de "todos os bens, direitos e valores mantidos em instituições financeiras, no período de 01/06/2022 a 01/06/2023, pelas pessoas físicas e jurídicas relacionadas a seguir, diretamente ou por seus representantes legais, responsáveis ou procuradores, de forma individualizada ou em conjunto com outras pessoas: Polo Heller, o ministro da Justiça, Flávio Dino, disse que os mandados judiciais são relativos a invasões ou tentativas de invasões de sistemas informatizados do Poder Judiciário da União, no contexto dos ataques às instituições.

Bolsonaro não havia se pronunciado sobre o caso até o fechamento desta edição.

Círculo Bolsonaro

Walter Delgatti Neto, hacker de Araçuaia (SP) apontado como peça-chave na intriga que tornou explícitos desvios de conduta na Operação Lava-Jato, passou a trabalhar diretamente com o círculo bolsonarista às vésperas da eleição do ano passado.

Deputada blinda Bolsonaro

A deputada Carla Zambelli (PL-SP) tentou blindar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) da Operação Lava-Jato, feita contra a Polícia Federal.

"O presidente Bolsonaro absolutamente não teve nada a ver com isso", frisou, em entrevista coletiva que contou com a presença de outros 10 deputados.

Zambelli relatou que estava com o filho e com a mãe em casa quando a operação aconteceu, às 6h, e que seu passaporte, dois celulares e um HD foram apreendidos.

Em depoimento anterior à PF, Delgatti Neto sustentou ter encontrado o então presidente Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada. Segundo ele, o chefe do Executivo, à época, teria questionado se ele conseguiria invadir a urna eletrônica caso tivesse o código fonte.

Contrariando o que se sabe sobre as urnas eletrônicas, a deputada frisou, na coletiva, que os equipamentos não são

audíveis e justificou, por este raciocínio, a pergunta feita por Bolsonaro. "Se você não vê nenhum motivo para perguntar para um hacker se a urna pode ser fraudada, eu não vou poder te responder. Isso é não dizer que eu não consigo te responder", enfatizou à parlamentar.

A congressista admitiu, no entanto, que contratou o hacker, mas alegou que era apenas para fazer serviços relativos a sites pessoais dela. "Foram sempre relacionados ao site, para ele fazer melhorias, firewall e ligar minhas redes sociais ao site, que ele próprio disse que não conseguiu realizar". "Tenho certeza de que minha inocência será provada", acrescentou.

Ela também afirmou que enviara um relatório ao presidente da Câmara, Arthur Lins (PP-AL), e questionara a busca e apreensão realizada no gabinete. Segundo a congressista, a operação da PF em sua unidade no Parlamento não teve testemunha.



A deputada Carla Zambelli admitiu ter contratado os serviços do hacker, mas para trabalhos do seu site pessoal



Delgatti Neto diz ter procurado vulnerabilidade no sistema do CNJ

Hacker diz ter recebido R\$ 13,5 mil

Foram as declarações do hacker Walter Delgatti Neto, o "vermelho", que colocaram a deputada Carla Zambelli na mira da Polícia Federal. A Procuradoria-Geral da República à PF ele contou que a parlamentar teria se aproximado dele em setembro de 2022, em meio ao período eleitoral, porque "queria que ele invadisse uma urna eletrônica, ou qualquer sistema de Justiça, para demonstrar a fragilidade do sistema judicial pátrio".

De acordo com ele, Zambelli teria lhe pedido que, caso não conseguisse hackear as urnas, que obtivesse "conversas comprometedoras" do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Vermelho" alegou que explorou a plataforma do CNJ

para encontrar uma vulnerabilidade e, quando conseguiu achar uma porta de entrada, contactou Zambelli dizendo que conseguiria emitir um mandado de prisão contra Moraes, como se fosse o próprio ministro o autor da decisão.

Segundo o hacker, Zambelli "foi empolgada", fez o texto e enviou para que ele publicasse. Delgatti alegou que "fez algumas alterações, pois o português estava meio ruim", e enviou o mandado de prisão e o bloco de valores, no valor total de multa aplicada ao PL — R\$ 22 milhões, em razão do ataque às urnas eletrônicas.

Delgatti Neto sustentou que foi pago para ficar à disposição da deputada. Segundo o

depoimento, os pagamentos se deram em outubro de 2022, no valor de R\$ 3 mil. O hacker disse que os repasses foram feitos por um assessor da parlamentar, "chamado Jean, por transferência bancária e em dinheiro em espécie, levado pelo motorista da deputada, Renan".

Afirmou, ainda, que recebeu transferências Pix de R\$ 13,5 mil — R\$ 10,5 mil enviados por Renan Cesar Silva Godard, que atuaria como assistente parlamentar do deputado estadual em São Paulo Bruno Zambelli, irmão de Carla, e ex-secretário da parlamentar; e R\$ 3 mil de Jean Hernani Guimarães Vilela que atua como secretário parlamentar de Zambelli desde maio.

Processo no Conselho de Ética

VICTOR CORREIA

O deputado federal João Leão (PP-BR) votou ontem para admitir representação contra Carla Zambelli (PL-SP) no Conselho de Ética da Câmara, da qual é relator. O processo foi apresentado pelo PSB, que aponta quebra de decoro parlamentar após a congressista ter ringado Duarte II (PSB-MA) durante sessão da Comissão de Segurança Pública, em abril. A votação do relatório, porém, foi adiada após pedido de vista de Domingos Sávio (PL-MG).

Com pelo menos 10 representações na pauta, a sessão teve um início conturbado por conta da operação de busca e apreensão da Polícia Federal que teve Zambelli como alvo. Na abertura do conselho, deputados da oposição afirmaram que a parlamentar não teria condições de se defender. Segundo o regimento, entre a leitura do relatório e do voto do relator, o alvo da ação tem

o direito de fazer uma defesa de 20 minutos, que podem ser estendidos para 30.

A situação, por sua vez, rebateu que Zambelli estava na Câmara e, portanto, teria condições de comparecer à sessão. Ela concedeu entrevista coletiva sobre a operação da PF no Salão Verde da Casa.

Leão chegou a considerar o adiamento da leitura do seu parecer, mas foi convencido do contrário. "Não gostaria de estar lendo esse parecer em função da ausência da deputada Carla Zambelli. Porém, tomei conhecimento de que ela estava nesta Casa. Portanto, se estava nesta Casa, poderia estar aqui", declarou o relator.

A deputada chegou à sessão pouco antes da leitura do voto do relator, e iniciou sua defesa, sem citar a operação. Ela não negou o xingamento, mas disse que não foi direcionado a Duarte. A apreciação do relatório foi suspensa por dois dias úteis.



Bolsonaro teria questionado se era possível invadir uma eletrônica

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2